

# OLHAR INCONSCIENTE DO CORPO: RAÇA E DISCRIMINAÇÃO NA PERCEPÇÃO DE JOVENS NEGROS

**Túlio Henrique Pereira<sup>1</sup>**

*Universidade Regional do Cariri (URCA), Departamento de História, Cariri, Ceará, Brasil*

**João Vitor Rodrigues Costa<sup>2</sup>**

*Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil*

**Carlos Antônio dos Santos<sup>3</sup>**

*Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba, Brasil*

**Leonardo Freire Costa<sup>4</sup>**

*Instituto de Psicologia Baseada em Evidências (InPBE), São Paulo Brasil*

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Possui Pós-Doutorado pelo Programa de História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Pós-Doutorado com o projeto de Mapeamento das Políticas de Ações Afirmativas no Piauí pelo Programa de Educação da Universidade Federal do Piauí (PPGED/UFPI). Doutorado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGH/UFU). Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS/UESB). Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Autor literário e Psicanalista pela Après Coup – Sociedade Psicanalítica Porto Alegre/Buenos Aires – Psicanálise e Poesia. É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Afrodiaspórica (GEPAFRO). E-mail: [tulio.henrique@urca.br](mailto:tulio.henrique@urca.br) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5745-2505>

<sup>2</sup> Psicólogo clínico com Mestrado em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (PSE/USP). Possui especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho. Licenciado em História pela Universidade Federal do Piauí com Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário Unifacid Wyden. E-mail: [vitorrodc@usp.br](mailto:vitorrodc@usp.br) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4373-9940>

<sup>3</sup> Mestrado em Psicologia Social (Bases Normativas do Comportamento Social – BNCS) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGPS/UFPB). Graduado em Psicologia Organizacional pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: [carlosgestorrh@gmail.com](mailto:carlosgestorrh@gmail.com) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7960-6467>

<sup>4</sup> Psicólogo clínico graduado pela Unifacid Wyden. Especialista em Terapia Cognitivo-comportamental e Pós-graduando em Prática Baseada em Evidências (InPBE). E-mail: [leonardofreirecosta@gmail.com](mailto:leonardofreirecosta@gmail.com) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1536-7919>

**Resumo:** A partir do debate histórico sobre raça, a cotejar dois principais estudos da influência do racismo sistêmico (CLARK; CLARK, 1947), (ROTH, 2012), pretende-se apresentar, com interface na psicologia social e antropologia, os resultados de um estudo de caso voltado para compreender a percepção racial, autoimagem e discriminação de um grupo de 14 jovens negros de duas escolas públicas, localizadas nas zonas leste e sudeste da cidade de Teresina, capital do Piauí. Trata-se de um estudo de campo na perspectiva dos estudos culturais e pós-coloniais, de cunho qualitativo, de tipo descritivo. Constatou-se que a percepção racial desses jovens se vincula às abordagens policiais, enquanto a autoimagem deles é associada aos binômios raça e crime, raça e consumo, raça e representatividade, raça e classe, raça e estética, raça e afeto, raça e escravidão. Notou-se o uso recorrente de termos como: olhar, ver, enxergar e lutar. Esses termos foram tomados enquanto percepções dos dispositivos de memória e da linguagem, do pensamento e das emoções, em ação nos hábitos gesticulados e nas palavras utilizadas por esses jovens.

**Palavras-chave:** história, raça, jovens, psicologia social, pós-colonial

### **Unconscious gaze of the body: race and discrimination in the perception of young black people**

**Summary:** Based on the historical debate on race, comparing two main studies on the influence of systemic racism (CLARK; CLARK, 1947), (ROTH, 2012), this article aims to present, with an interface between social psychology and anthropology, the results of a case study aimed at understanding the racial perception, self-image and discrimination of a group of 14 young black people from two public schools, located in the east and southeast zones of the city of Teresina, capital of Piauí. This is a field study from the perspective of cultural and post-colonial studies, of a qualitative and descriptive nature. It was found that the racial perception of these young people is linked to police approaches, while their self-image is associated with the binomials race and crime, race and consumption, race and representation, race and class, race and aesthetics, race and affection, race and slavery. The recurring use of terms such as: look, see, perceive and fight was noted. These terms were taken as perceptions of memory and language devices, of thought and emotions, in action in the gestural habits and words used by these young people.

**Keywords:** history, race, youth, social psychology, postcolonial

### **Mirada inconsciente sobre el cuerpo: raza y discriminación en la percepción de jóvenes negros**

**Resumen:** A partir del debate histórico sobre la raza, cotejando dos estudios principales sobre la influencia del racismo sistémico (CLARK; CLARK, 1947)

(ROTH, 2012), este trabalho busca apresentar, com uma interface entre a psicologia social y la antropología, los resultados de un estudio de caso para comprender la percepción racial, la autoimagen y la discriminación de un grupo de 14 jóvenes negros de dos escuelas públicas ubicadas en las zonas este y sureste de la ciudad de Teresina, capital de Piauí. Se trata de un estudio de campo desde la perspectiva de los estudios culturales y poscoloniales, de carácter cualitativo y descriptivo. Se constató que la percepción racial de estos jóvenes está vinculada a los abordajes policiales, mientras que su autoimagen se asocia a los binomios raza y crimen, raza y consumo, raza y representación, raza y clase social, raza y estética, raza y afecto, raza y esclavitud. Se observó el uso recurrente de términos como: mirar, ver, percibir y luchar. Estos términos se interpretaron como percepciones de los dispositivos de la memoria y del lenguaje, del pensamiento y de las emociones, en acción en los hábitos gestuales y las palabras utilizadas por estos jóvenes.

**Palabras clave:** historia, raza, jóvenes, psicología social, poscolonial

### **Le regard inconscient sur le corps : race et discrimination dans la perception des jeunes noirs**

**Résumé :** En s'appuyant sur le débat historique sur la race, en confrontant deux principales études sur l'influence du racisme systémique (CLARK; CLARK, 1947) et (ROTH, 2012), cette recherche propose de présenter - à l'interface de la psychologie sociale et de l'anthropologie - les résultats d'une étude de cas visant à comprendre la perception raciale, l'image de soi et la discrimination d'un groupe de 14 jeunes noirs issus de deux établissements d'enseignement publics situées aux zones est et sud-est de Teresina, capitale du Piauí. Il s'agit d'une étude de terrain, dans une perspective d'études culturelles et postcoloniales, de nature qualitative et à caractère descriptif. L'étude révèle que la perception raciale de ces jeunes est liée aux contrôles policiers, tandis que leur image de soi est associée aux binômes : race et criminalité, race et consommation, race et représentation, race et classe sociale, race et esthétique, race et affectivité, race et esclavage. L'utilisation récurrente de termes tels que : regarder, voir, percevoir et combattre a été constatée. Ces termes ont été interprétés comme des perceptions des dispositifs de la mémoire et du langage, de la pensée et des émotions, en action dans les habitudes gestuelles et dans les mots utilisés par ces jeunes.

**Mots-clés :** histoire, race, jeunes, psychologie sociale, postcolonialisme

### **RACIALISMO E AUTOIMAGEM: UMA INTRODUÇÃO**

Me deu vontade de chorar porque se essas perguntas existem, esse problema ainda existe. E esse problema é uma coisa que

machuca as pessoas mesmo sendo oculto da população [sic]  
(Sujeito 14).

Uma jovem estudante teresinense diante de um gravador e um entrevistador, ao responder sobre o modo como ela se percebe racialmente, no contexto do ano de 2019, relatou que sente vergonha de si por não gostar da cor da sua pele. E complementou sua frase ao revelar sentir baixa autoestima em razão da cor de pele que possui, associando a rejeição nas relações interpessoais ao fato de ser reconhecida como pessoa negra:

Às vezes eu sinto vergonha de mim por não gostar da minha cor, às vezes eu não me sinto negra, sinceramente. Então, às vezes, umas coisas, e tenho bastante baixa autoestima por causa disso, pelo *bullying* que eu sofri quando era mais nova, e pelo fato de eu achar que quando uma pessoa não me quer por perto é pelo fato de eu ser negra. Penso assim [sic] (Sujeito 2).<sup>5</sup>

A cor da pele de uma pessoa é uma característica fenotípica que constitui a sua morfologia, e se apresenta enquanto um dos principais marcadores raciais nos ambientes de interação social. O sentido de raça biológica cunhado por europeus entre os séculos XVIII e XIX perdeu força para a concepção de raça sociológica nos últimos séculos da contemporaneidade.<sup>6</sup> A ideia de raça sociológica se caracteriza pela distinção de indivíduos a partir de uma mistura dos aspectos étnicos reforçados pelas características fenotípicas, tais como a cor da pele, espessura labial, desenho do nariz e dos olhos, pelos, e desenhos faciais/corporais, e a textura e a cor dos pelos da

---

<sup>5</sup> Ao longo de todo o artigo será utilizada a transcrição do depoimento do modo como ele foi falado oralmente. Sem retoques ortográficos, preservando o valor qualitativo da linguagem coloquial dos entrevistados. O uso do SIC entre colchetes sinaliza palavras e frases truncadas, sem coesão ou coerência.

<sup>6</sup> Os filósofos franceses Gérard Durozoi e André Roussel, ao tentarem definir a ideia de raça sociológica, na década de 1990, escreveram que “raça é o conjunto das características hereditárias comuns (morfológicas, anatômicas, etc.) que, dentro de uma espécie, distinguem uma variedade particular. A noção é cientificamente menos aplicável ao homem do que às outras espécies animais. De certo, a partir de certos critérios (cor da pele, tipo de cabelo, distribuição dos grupos sanguíneos), é possível distinguir três raças principais que dão lugar a raças locais devido ao isolamento geográfico prolongado, mas a noção de raça pura é ilusória em virtude dos cruzamentos. A noção cultural de etnia é mais conveniente para designar as características diferenciais cuja origem deve ser buscada no meio físico e no meio social” (DUROZOI; ROUSSEL, 1996, p. 397).

cabeça (BROCA, 1864). Essas distinções favorecem identificações e podem promover políticas de inclusão e exclusão sociais.<sup>7</sup>

No século XVII, há registros do surgimento das primeiras ideias do naturalismo com o intuito de classificar, medir, incluir e excluir indivíduos. Destacaram-se os médicos franceses, François Bernier e George Leclerc de Buffon; Charles Louis de Secondat, barão de Montesquieu, e o escocês Robert Knox (HOFBAUER, 2006). Ainda no século XVII, a *Royal Society* inglesa, patrocinou investigações antropológicas e geográficas para reconhecer e classificar a diversidade humana. Geógrafos e antropologistas europeus estabeleceram estudos que vincularam condições geográficas e fatores climáticos com a cor da pele e os fenótipos corporais; destacou-se o geógrafo Robert Boyle, rapidamente contestado por Margaret Covendish e Jonathan Swift (MALCOLMSON, 2013).

Já no século XIX, no entanto, a *Royal Anthropological Institute*, estabeleceu novas evidências antropométricas, tais como as medidas cranianas, formatos ósseos, textura dos cabelos corporais e o formato dos narizes, como marcadores de distinção racial. Os pensadores responsáveis por encabeçar esses estudos a fomentar o racismo científico de perspectiva biológica foram: Edmund Burke, Pierre Paul Broca, Joseph Arthur de Gobineau, Francis Galton, primo de Charles Darwin com quem escreveu; Samuel George Morton, Luis Agassiz. Cesarie Lombroso destacou-se por associar a concepção

---

<sup>7</sup> O linguista neerlandês Teun Adrianus van Dijk, considera a linguagem o principal fator de construção e manutenção da raça, utilizada para diferenciar e dominar culturalmente. O discurso da linguagem, segundo o pesquisador, opera como um instrumento de poder capaz de institucionalizar o controle, a marginalização e naturalizar a violência dos racializados e/ou subalternizados (DIJK, 2008). A filósofa brasileira Gislene Aparecida dos Santos, ao retomar o pensamento do finlandês William B. Cohen (1941-2002) nas obras *Français et africaine: Les Noir dans le regard des Blancs, 1530-1880* e *The French Encounter with Africans* (1980), remonta aos antigos gregos, como o historiador Heródoto, e ao filósofo alemão Hegel, indicando que cor e raça não possuem o mesmo estatuto. Embora essas terminologias tenham sido forjadas por esses pensadores – com significações específicas para suas épocas – essas foram utilizadas para demarcar a diferença entre eles e aqueles que denominaram como “os outros”, tratando-se de construções distintas. Desse modo, Cohen, ao olhar para os povos negros da África, os comparava aos franceses; Heródoto os media a partir da régua do povo grego; e Hegel, segundo a régua alemã. Essas operações comparativas determinaram o surgimento da noção de raças, a consolidação da raça enquanto atributo físico e moral, bem como a hierarquização de valores de determinados grupos sobre os indivíduos – e, por fim, a política fundamentada no saber ocidental como forma de dominação (SANTOS, 2002).

de raça biológica às predisposições criminais. Raimundo Nina Rodrigues foi o responsável, no Brasil, pela propagação do positivismo e do racismo de Gobineau (MALCOLMSON, 2013).

Entre os anos de 1940 e 1941, o casal de psicólogos sociais estadunidenses Kenneth B. Clark (1914-2005) e Mami Phipps Clark (1917-1983), realizaram na região norte e sul dos Estados Unidos, em cidades do interior rural e urbano, o experimento mundialmente conhecido *The Clark Doll Experiment*. A experiência foi reproduzida por psicólogos sociais e pedagogos em países da América Central e do Sul, Europa e Ásia. E repetida por programas de televisão nos Estados Unidos na década de 2009. No Brasil, *The Clark Doll Experiment* ficou popularmente conhecido como o *Teste da Boneca Preta*, e no mundo, é denominado de modo coloquial por *The Black Doll Test*.

A metodologia incluiu longos períodos de estudos e pesquisas de fundo e se desdobrou em ações de observação comportamental e estudos de caso com um público de 253 crianças negras de tons de pele claro, médio e retinto.<sup>8</sup> O casal Clark fez uso de quatro bonecas estruturalmente idênticas, porém, com tons de pele e cabelos diferentes: duas bonecas de pele escura e olhos e cabelos castanhos, e outras duas de pele clara, olhos azuis e cabelos loiros. O casal separou as crianças por grupos de tons de pele, selecionando-as individualmente para uma sala específica. Dentro da sala, as crianças podiam observar de perto e manipular as bonecas dispostas em uma pequena mesa. Em seguida, eram questionadas a respeito dos fenótipos e das identidades raciais e de seus qualificativos morais/afetivos em relação as bonecas. Foram oito perguntas padronizadas a todos os participantes, sendo seis delas traduzidas aqui como: Qual a boneca que você gosta mais? Com qual boneca

---

<sup>8</sup> O médico anatomista francês Pierre Paul Broca realizou vários experimentos nos quais classificou 54 tipos de cores, “dos números 1 ao 20 representam as cores dos olhos; e os números entre 21 ao 54 representam as principais cores da pele e dos pelos corporais” (BROCA, 1864, p. 767). O médico e antropologista austríaco Félix von Luschan, criou a escala cromática de von Luschan, na qual observou-se 36 plaquetas de vidro dessa escala cromática. O resultado, porém, não se apresentou exato, mesmo quando reaplicado ao mesmo indivíduo, em momentos diferentes. Entendeu-se que fatores climáticos, geográficos e a alimentação influenciavam no tom de pele. Em 1938, o biólogo humanista inglês Julian Huxley, sistematizou o conceito de graduação clinal respeitando essas variações de tempo, espaço, clima e alimentação (MALCOLMSON, 2013).

você gostaria de brincar? Qual é a boneca boa? Qual é a boneca má? Qual a boneca que se parece com você? Qual é a boneca mais bonita?<sup>9</sup>

O objetivo do experimento foi observar os efeitos psicológicos da segregação em crianças afro-americanas naquele contexto. Os resultados despertaram preocupações da comunidade negra estadunidense, e de alguns segmentos políticos como a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (*National Association for the Advancement of Colored People - NAACP*), fundada em 1905 por ativistas e intelectuais negros em favor dos direitos civis no estado norte-americano.

Embora não tenha se dedicado a escrever sobre populações negras, especificamente; a médica pediatra e psicanalista infantil francesa Françoise Dolto (1908-1988), construiu um saber em torno da percepção da linguagem verbal e não verbal, especialmente naquilo que ela chamou por imagem inconsciente do corpo. Trata-se de um estudo comportamental com crianças, a partir do uso de metodologias ativas, nas quais as crianças com dificuldade em verbalizar ou construir raciocínio lógico, podiam se expressar através do uso de itens como lápis coloridos e papel, massas de modelar, tintas, pincéis, gizes de cera e bonecos variados. Nesse estudo, Dolto nos faz compreender que o corpo também nos fala e que somos conectados por linguagens (DOLTO, 2012).

### **DEPOENTES NO ESCOPO DO OBJETO: DESENHA-SE UM PROBLEMA**

Ao ser interpelada sobre como o *Sujeito 3* compreende o legado de seus antepassados presentificados nela, a depoente falou sobre a importância da luta que suas gerações anteriores enfrentaram para que hoje não precisasse passar por “casos de escravidão, que antigamente era enorme” [sic] (*Sujeito 3*).

<sup>9</sup> Na versão do paper *Racial identification and preference in Negro children*, publicado em 1947, há oito questões. E ambas são pedidos. De modo que a criança observada deveria entregar ao realizador/entrevistador, a boneca correspondente ao pedido solicitado. Veja-se: “1. Give me the doll that you like to play with-(a) like best; 2. Give me the doll that is a nice doll; 3. Give me the doll that looks bad; 4. Give me the doll that is a nice color; 5. Give me the doll that looks like a white child; 6. Give me the doll that looks like a colored child; 7. Give me the doll that looks like a Negro Child; 8. Give me the doll that looks like you (CLARK; CLARK, 1947, p. 169).

A gente estuda na história, a gente vê tudo aquilo que eles passaram, o que foi, e a gente meio que aprende sim, não só pela escola *pra* fazer uma prova, mas *pra* vida. Tipo coisas que eu não vivi, mas que estudei. Eu sei. E isso influencia o fato de. Tipo. Se eu for atrás dos meus direitos. Se eu lutar por isso, eu vou conseguir, porque eles conseguiram apanhando muito, lutando muito. E eles não desistiram. Se eles tivessem desistido, até hoje. Não ia evoluir o que evoluiu. E a gente também poderia tá na escravidão até hoje. Eu vejo mais isso, a persistência, a garra. Deu a cara a tapa. Tipo isso [sic] (Sujeito 3).

Antigamente os negros eram escravizados e eles mudaram isso (Sujeito 4).

Sem que as políticas escravagistas ou o termo escravidão fosse mencionado, os depoentes *Sujeito 3* e *Sujeito 4* mencionaram essa condição jurídica experimentada ao longo da Colônia e do Império no Brasil, associando-a aos seus antepassados. Elas estabeleceram relação associativa entre raça e escravidão. Estes depoimentos, no entanto, remetem ao experimento do casal Clark, no qual, ao conduzirem a observação interativa com uma criança negra do Arkansas; quando perguntada sobre qual daquelas bonecas mais se parecia com ela, a criança respondeu com sorriso envergonhado “*That’s a nigger. I’m a nigger*”<sup>10</sup> ao apontar para a boneca negra. Outros exemplos aproximativos ao experimento do casal Clark está o relato do doutor Clark, ao fazer a mesma pergunta a uma criança negra de Massachusetts e essa se recusar a respondê-lo, começar a chorar e fugir para fora da sala.<sup>11</sup>

Neste estudo de caso com os jovens negros teresinenses, apesar de nenhum deles se recusar a responder, um deles solicitou o cancelamento e não publicização de suas respostas, mesmo não tendo qualquer identificação que pudesse associar a ele, e cinco depoentes se conflitaram ao responder ora que todas as pessoas são iguais, e que não existem distinções de raça; “tudo é

---

<sup>10</sup> A frase faz uso do termo *nigger*, e remete a um modo racista utilizado no Sul dos Estados Unidos com herança escravista, equivalente na língua portuguesa do Brasil por: preto, negão, crioulo. Desse modo, a tradução poderia ser: “Aquele preto/negão/crioulo. Eu sou um preto/negão/crioulo.”. Disponível em: </> <https://www.naacpldf.org/brown-vs-board/significance-doll-test/> </>. Acesso em 17 ago. 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: </> <https://www.naacpldf.org/brown-vs-board/significance-doll-test/> </>. Acesso em: 17 ago. 2022.

*normal*”, por não terem percebido ao longo de suas vidas qualquer circunstância relevante relacionada a sua etnia ou da sua família; ora reportando a realidade de viver em um bairro marginalizado e desprovido de acesso ao trabalho, renda, sendo majoritariamente formado por pessoas negras:

Nunca me senti [discriminada] não levo *pro* coração. Tua opinião, problema teu [sic] (Sujeito 17).

Eu convivo com mais pessoas assim né, porque aqui é Dirceu. Dirceu tem a cara de marginalizado, mas não é assim não. Conheço muita gente negra trabalhadora e minha maior convivência é com gente negra. Fui perceber isso agora. Gente branca, às vezes falo, às vezes não. Mas não tenho nada contra [sic] (Sujeito 17).

Medo de tá num lugar público e ser ofendido [sic] (Sujeito 11).

Me sinto bem. A minha cor é a cor dos meus pais (Sujeito 11).

Não sofri influência em relação a cor [sic] (Sujeito 11).

Comigo nunca aconteceu racismo, mas eu me coloquei no lugar de outras pessoas e refleti sobre o racismo. Comigo nunca aconteceu e gosto da minha cor [sic] (Sujeito 11).

Nenhuma influência (Sujeito 12).

Eu nunca passei por isso, mas tenho amigos que já passaram constrangimento por conta da cor da pele. Tenho um amigo que é negro, e a polícia considera ele como um *malinha*. Ele é *mó de boa*, mas ele é discriminado, parado na rua e abordado [sic] (Sujeito 12).

Nada afeta (Sujeito 12).

Eu me sinto bem, eu não me sinto mal pela minha cor. Nunca digo nada. *Tá de boa*. Acho normal [sic] (Sujeito 13).

Algumas pessoas me dou bem, mas outras que fazem *bullying* fico distante. Não ligo para o que eles falam [sic] (Sujeito 13).

Eu gosto e, também, nunca senti vergonha [da cor da pele], basicamente é isso [sic] (Sujeito 16).

Se interferiu nunca percebi, mas acho que não [sic] (Sujeito 16).

A fala do *Sujeito 13* é reveladora de um desses conflitos: ao afirmar que se sente bem, e não mal, em relação à sua cor de pele, mas, em seguida, revelar que não responde às provocações relacionadas a essa característica física, estabelece-se uma dissonância entre o estado de bem-estar e a atitude de

negação diante das provocações associadas à sua cor. O *Sujeito 13* faz uma afirmação de que acha sua cor normal. Porém, complementa não ligar para o *bullying*, ao mesmo tempo em que se mantém distante de quem o pratica: “não ligo para o que eles falam”. De que modo se pode interpretar a afirmação de se sentir “normal”, ao passo que se ouve provocações em torno de características físicas que estabelecem diferenças sociais e afetivas, como a cor da pele? Na mesma linha de raciocínio, o *Sujeito 16* diz gostar e nunca ter sentido vergonha da sua cor de pele. No entanto, considera nunca ter percebido interferências positivas ou negativas em relação a essa característica: eis um indivíduo que nega ou abraça suas características fenotípicas? Eis um sujeito invisibilizado ou potente? Percebe-se aqui um ponto de intersecção, no qual o medo, a autoafirmação e a negação estão entrecruzadas, em caminho de se tornar uma nova condição de possibilidade.

A socióloga canadense Lorna Roth, investigou entre os anos de 1995 e 2012 a relação de pessoas negras, especialmente jovens, com suas representações em peças midiáticas, colorizações da cor de pele em lápis de cera, cinema, fotografia e utilitários como curativos em adesivo, aparelhos auditivos e próteses para amputados (ROTH, 2009; 2010; 2011; 2012; 2016). A partir dos resultados de suas pesquisas nos estudos culturais, é reveladora a distorção relacionada à percepção da equidade cognitiva entre crianças e jovens na cultura visual. O modo como a indústria da fotografia, das imagens televisivas e cinematográficas desenvolveram tecnologias para balanceamento/calibragem técnica e colorização de imagens, supervalorizando peles brancas e excluindo os tons de pele escuros, promoveu a ausência de representações e de representações positivas de negros na cultura visual até a década 1990, levando, inclusive, pessoas negras a se negarem a ser fotografadas. Em alguns casos, apenas o branco dos dentes e dos olhos eram evidenciados nos filmes Kodak, por exemplo, cujas emulsões eram desenvolvidas para a revelação da cor de pele branca, como um padrão normativo.

De acordo com Françoise Dolto, há que se fazer a distinção entre o esquema corporal, específico do indivíduo enquanto representante da espécie humana, demarcando-o em seus distintos lugares e temporalidades. Para ela, o esquema corporal reporta à experiência imediata. O esquema corporal é o corpo reportado, denunciado, comunicando-se por uma linguagem corpórea. Ele pode ser independente da linguagem compreendida enquanto um estatuto histórico da relação entre indivíduos. Jovens entrevistados negam ter sofrido práticas racistas, porém seus corpos apresentam comportamentos que alertam para um conflito entre o que é dito e as ações práticas, como as ações de abaixar a cabeça, fechar os olhos ou esquivá-los por tempo considerável, cruzar os pés e friccioná-los ou envolver as mãos apertando-as denunciando incômodo ou ansiedade. Isso inclui responder negativamente de forma monossilábica.

O esquema corporal faz parte do inconsciente, do pré-consciente e do consciente, contextualizado no território, no tempo e no espaço. Desse modo, não se deve confundir a imagem do corpo com o esquema corporal. A imagem que o indivíduo constitui do corpo é específica de suas subjetividades individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes (DOLTO, 2012). Essa premissa psicanalítica ajuda na interpretação das escolhas linguísticas feitas por esses jovens, como o uso do termo *bullying* em detrimento de preconceito racial, discriminação racial ou perturbação/perseguição; do distanciamento que alguns deles estabelece dos conflitos relacionados à identificação racial, e dos prejuízos estruturais que os impele para a margem, mas que, no entanto, não são percebidos como fatores influenciadores nas suas condições de vida, em um bairro periférico predominantemente constituído por pessoas negras como eles.

O problema aflorado para o desenvolvimento deste artigo se dá no ponto de intersecção em que se percebe o conceito de juventude, enquanto uma condição fronteira da passagem da infância para a vida adulta; condição cultural e relacional do mundo e do ambiente através da corporeidade e das ideologias, do consumo e do modo como esses jovens (racializados ou não),

constroem uma imagem sobre si e sobre o outro; a partir de questões raciais que podem ou não afetar suas percepções de mundo, sensibilidades e escolhas.<sup>12</sup>

### **CORPUS E MÉTODO DE OPERACIONALIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA VIVIDA**

Com o objetivo de compreender e interpretar a percepção racial de jovens negros de uma região periférica da cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, e o modo como esses jovens percebem ou constroem sua autoimagem e lidam com a temática da discriminação racial, esse artigo se apresenta, ainda que incipiente, como o resultado de um estudo transversal, realizado por meio de observação participante, através de um estudo de campo, realizado de modo predominantemente qualitativo, de tipo descritivo. Buscou-se validar os resultados encontrados através do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas municipais de Teresina. A autorização para a execução foi solicitada às duas instituições participantes, localizadas nas zonas leste e sudeste da cidade. Após a liberação por parte das escolas, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil e, posteriormente, ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A aprovação foi concebida pelo CEP, sob o CAAE 22438219.7.0000.5211 e parecer nº 3.617.213. Os procedimentos de coleta de dados foram iniciados mediante o consentimento voluntário dos participantes e a autorização de seus responsáveis, por meio da assinatura do Termo e Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE),

---

<sup>12</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, possui definição flexível para o conceito de juventude para a América Latina e o Brasil. São jovens os grupos de pessoas com idade entre 15 e 24 anos (UNESCO, 2004). Todavia há flexibilizações relacionadas ao padrão de vida material e toda complexidade na condição social desses grupos, podendo ser alterada em sujeitos das zonas rurais e urbanas, e aqueles inseridos no mercado de trabalho. Juventude pode transcender a limitação da idade e do fenômeno demográfico e diferencia-se do conceito de adolescência, no Brasil, definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Nº 8.069/90) limitada a idade dos 12 aos 18 anos (UNESCO, 2004).

conforme estabelecido na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa com seres humanos.

A amostra inicial foi composta por 20 participantes. Os critérios de inclusão foram estabelecidos para selecionar jovens com idade entre 15 e 18 anos, de todos os gêneros, que se autodeclarassem negros, estivessem regularmente matriculados nas escolas e cursando o ano letivo vigente; demonstrassem disposição para participar da pesquisa, e tivessem com a autorização assinada pelos pais ou responsáveis. Dos 20 participantes iniciais, apenas 15 compareceram à entrevista, e houve uma desistência, resultando em uma amostra final de 14 indivíduos.

Obteve-se a predominância de indivíduos do gênero feminino, na faixa etária dos 17 anos, declarados religiosos, pertencentes à classe social média baixa, seguido por aqueles que declararam não possuir renda, e daqueles, cuja renda familiar era de, até três salários. Alguns dos jovens entrevistados disseram não morar com os pais. Quatro categorias foram sistematizadas para análise do tema, de modo que fosse utilizado o máximo de informações. As categorias foram montadas a partir de uma leitura minuciosa do conteúdo das respostas dos/das participantes, para perceber suas vivências e percepções de mundo relacionadas à construção da autoimagem e da identificação do outro. Ancorando-se na literatura elencada, pôde-se mensurar os prejuízos e questões apontadas por esses/as jovens, suas identificações, distanciamentos, e perceber como eles/elas compreendem o conceito de raça e as manifestações do racismo.

As entrevistas foram realizadas individualmente, a partir da aplicação de um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. No início da coleta de dados, os/as participantes receberam esclarecimentos acerca dos procedimentos e, em seguida, foram convidados/as a se dirigir a um espaço reservado pelas escolas. A princípio, os/as jovens responderam ao questionário sociodemográfico, com o objetivo de levantar informações demográficas e socioeconômicas de suas famílias, além de dados para o mapeamento de seus contextos de vida. Na sequência, participaram de entrevista semiestruturada,

composta por oito questões alinhadas aos objetivos da pesquisa, visando compreender percepções sobre eles/as, sobre os outros e suas concepções acerca dos conceitos de raça e racismo.<sup>13</sup> As respostas foram gravadas, e os/as participantes retornaram para as suas respectivas salas de aula.

Após a coleta dos dados, separou-se a ficha cadastral de cada uma das 14 pessoas entrevistadas, compondo a documentação catalográfica juntamente com o TCLE, o TALE, o questionário sociodemográfico e a pauta de entrevista. Todas as entrevistas foram transcritas e anexadas às fichas de cada participante. O questionário sociodemográfico foi analisado de forma conjunta, permitindo o mapeamento das informações fornecidas pelos/as jovens. As entrevistas semiestruturadas foram submetidas à análise de conteúdo. Foram lidas minuciosamente, com o objetivo de identificar semelhanças, aproximações, divergências e repetições nos discursos que se relacionassem aos objetivos do estudo. As falas foram agrupadas, segmentadas e interpretadas a partir de uma análise sistemática dos verbos e do sentido atribuído pelos jovens em seus relatos. A partir de então, demarcou-se quatro

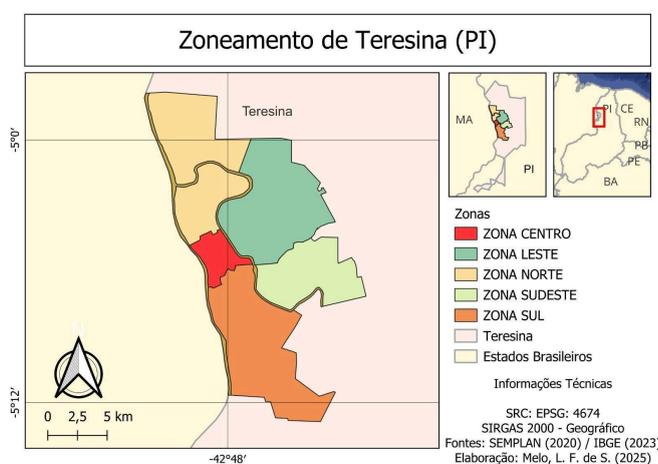
---

<sup>13</sup> As oito perguntas sobre os aspectos comportamentais e suas percepções em relação à cor, raça e autoimagem foram: 1. Como você percebe a questão do legado dos seus antepassados nos seus dias atuais, e como você nota a influência deles na nossa sociedade? 2. O que você pensa sobre a influência deles no seu modo de viver? 3. Atualmente, várias pessoas passam por situações em que a cor da pele delas instiga certos comportamentos ou preconceito em relação a outros sujeitos, gerando algum desconforto e um sentimento de incapacidade nelas. Você tem algum relato discriminatório em razão da cor da sua pele? 4. Em qualquer ambiente em que estejamos, somos propícios a diversas situações, que podem ou não gerar algum tipo de constrangimento, especialmente relacionado à cor da pele. Relate, caso já tenha passado por alguma situação em que você se sentiu constrangido em razão da cor da sua pele. 5. Algumas pessoas levam uma vida que exige tanto delas quanto das pessoas ao seu redor, uma certa preocupação, maior do que em relação a outras pessoas. Algumas vezes, em razão da cor da pele. Como você enxerga essa questão em sua vida? 6. A maneira como nos enxergamos influencia diretamente na relação que estabelecemos com os outros. Essa visão pode ser influenciada por questões de pertencimento étnico-racial. Como você estabelece essas relações interétnicas? 7. O modo como nós nos enxergamos e enxergamos os outros podem interferir no modo como nos relacionamos no mundo. Como essas questões afetam seu relacionamento com as pessoas? A cor pode influenciar? 8. As questões trazidas ao longo desse questionário oportunizam reflexões pessoais e de mundo. Após ter respondido todas as perguntas anteriores, considerando suas respostas, quais impactos você sofreu ou está sofrendo?

categorias analíticas: a intraindividual,<sup>14</sup> a interindividual,<sup>15</sup> a societal<sup>16</sup> e a linguagem,<sup>17</sup> todas elas ancoradas nos relatos das vivências e das percepções de mundo – experiências por onde esses/as jovens construíram suas *autoimagens* e identificações do *outro*. Ancorando-se na literatura elencada, pôde-se mensurar os prejuízos e questões apontadas por esses/as jovens, suas identificações, distanciamentos e, perceber como eles compreendem o conceito de raça e as manifestações do racismo.

Localizadas nas zonas leste e sudeste da cidade de Teresina, capital do Piauí, as duas escolas fazem parte do cotidiano de jovens moradores/as da região reconhecida como parte da periferia urbana, devido ao alcance limitado de iniciativas privadas e públicas estruturais, como acesso à água encanada, esgoto, asfalto, trabalho, mobilidade, comércio, atendimento médico-hospitalar, além de iniciativas culturais e de lazer.

**Fig. 1.** Mapa Zoneamento de Teresina (PI)



<sup>14</sup> Diz respeito aos aspectos subjetivos, voltados para como o sujeito se percebe e interpreta a si mesmo. Engloba sentimentos de estima (alta ou baixa), vergonha, orgulho e identidade racial, sendo diretamente atravessada pelas experiências de discriminação vivenciadas ao longo da vida (SOUSA, 1983; ALMEIDA, 2018).

<sup>15</sup> Refere-se à forma como os adolescentes se relacionam uns com os outros, e como essas relações são influenciadas pela condição racial. São relações que se desenvolvem no âmbito familiar, escolar e comunitário, e que evidenciam tanto a reprodução de estigmas quanto os espaços de acolhimento e pertencimento (GONZALEZ, 1984; HUGUES et al., 2006).

<sup>16</sup> Destaca a percepção que os jovens têm sobre o funcionamento da sociedade como um todo. Engloba aspectos estruturais e históricos do racismo, como o acesso desigual a oportunidades, o preconceito institucionalizado e a segregação social (SOUSA, 1983).

<sup>17</sup> A linguagem, neste caso, é compreendida como ferramenta de construção da realidade e como ferramenta da internalização ou resistência ao racismo (FANON, 2008; QUIJANO, 2014).

**Fonte:** SEMPLAN (2020) / IBGE (2023) | Elaboração: MELO, L. F. de S. (2025)

A cidade de Teresina é reconhecida como a primeira capital planejada do Brasil. Foi fundada em 16 de agosto de 1852 e é a única capital nordestina localizada fora do litoral. Em relação à quantidade de pessoas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que o estado do Piauí, no ano de 2021, contava com cerca de 3.289.290 habitantes, representando cerca de 1,5% da população brasileira. Em relação à capital do estado, Teresina possui 871.126 habitantes, distribuídos em 123 bairros das cinco superintendências de ações administrativas descentralizadas (SAADs), sendo o município mais populoso do estado (IBGE, 2021). O bairro mais populoso da capital é o bairro Itararé – rebatizado de Dirceu pelos habitantes –, contando com cerca de 40.751 habitantes, no ano de 2000 (SEMPLAN, 2000).<sup>18</sup> Ainda segundo o IBGE (2021), o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* do piauiense é de R\$837,00.<sup>19</sup>

Em relação à raça, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (LOPES, 2021) divulgou que o Piauí é o 7º estado do Brasil com o maior número de pessoas negras, enquanto Teresina é o segundo município do Nordeste com maior número de negros e pardos (IBGE, 2010). Observou-se uma grande desigualdade no que tange à vivência de indivíduos negros e não-negros, pois, segundo os dados levantados pelo último censo realizado (IBGE, 2021), dos 10% da população com menor rendimento do Piauí, 87,6% se identificam como pretos ou pardos.

A partir do estudo *Vulnerabilidade social da cidade de Teresina, Piauí* (CHAVES et al, 2022), as regiões de vulnerabilidade da capital do Piauí apresentam altos índices de pobreza, baixa escolaridade e desproteção socioambiental. Os autores observam que, com o acelerado crescimento

---

<sup>18</sup> Prefeitura Municipal de Teresina. Secretaria Municipal de Planejamento, Departamento de Projetos e Urbanismo (SEMPLAM), 2000. In: Vivendo Bauro. Quantos habitantes tem no bairro Dirceu?. 2022. Disponível em: <<https://www.vivendobauru.com.br/quantos-habitantes-tem-no-bairro-dirceu/>>. Acessado em: 26 out. 2022.

<sup>19</sup> O Piauí segue sendo a 7ª menor *per capita* do país em 2024, com média de R\$1.350 na renda mensal. O valor indica um aumento de 0,6% na comparação com 2023.

populacional protagonizado por Teresina desde a década de 1950, “houve o surgimento e crescimento de bairros periféricos em áreas de risco com expansão dos bolsões de pobreza e favelização” (CHAVES, 2022, p. 16).

Os autores criaram um mapa capaz de representar as variáveis da dimensão de renda e dos rendimentos totais dos domicílios permanentes com até um salário mínimo. Essa representação nos auxilia na compreensão de divisão das zonas administrativas estabelecidas na cidade, sintetizadas nos discursos dos/as jovens entrevistados/as. Essas regiões de moradia, em sua maioria, distantes do bairro central, apresentam, além de condicionantes materiais de vulnerabilidade socioambiental, inúmeras dificuldades relacionadas ao acesso ao trabalho, renda, escolarização e lazer.<sup>20</sup>

## **COLONIALIDADE DO SABER: VIDAS QUE PULSAM**

Ao reconhecerem e se chocarem com o colonialismo do saber, da política, da economia, do ser, da linguagem e da natureza, um pensamento decolonial e antirracista foi sendo construído. Destacamos o do médico psiquiatra e psicanalista martinicano Frantz Fanon (1925-1961), do historiador jamaicano Marcus Mossiah Garvey (1887-1940), do historiador senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986), do poeta senegalês Léopold Sédar Senghor (1906-2001), e do poeta martinicano Aimé Césaire (1913-2008). Cada um a seu tempo, esses políticos, ideólogos, pesquisadores e pensadores da África e da diáspora africana, reconheceram a colonialidade como um processo histórico em continuidade, sendo exercido pelas relações da experiência vivida. A partir desses precursores, autores como Stuart Hall (2011; 2016), Homi K. Bhabha (1998), Aníbal Quijano (2014), e Boaventura de Sousa Santos (2009; 2021), contribuíram na fundamentação dos estudos culturais e do pensamento decolonial adequados à América Latina.

---

<sup>20</sup> Ao considerar a dimensão de renda, composta pelas variáveis rendimento total dos domicílios particulares, e particulares permanentes sem rendimento e domicílios particulares permanente com até um salário, os autores indicaram um total de seis bairros (5,4%) na categoria muito alta vulnerabilidade e 28 bairros (25,4%) na categoria alta vulnerabilidade. Para mais, ver: (Chaves et al, 2022, p. 19-20).

Este artigo se orienta, portanto, pela perspectiva do pensamento pós-colonial e da atitude em favor da descolonização do saber, quando ao reconhecer “a necessidade de ir além da ideia de que a colonização foi um evento acabado, pois entende-se que este foi um processo que teve/tem continuidade” (OLIVEIRA; LUCINI, 2021, p. 97). Os estudos decoloniais surgem como um meio de denunciar e lutar pela “afirmação corpo-geopolítica para a produção do conhecimento como estratégia para desarmar essa ‘bomba cultural’ da qual nos fala Wa Thiong’o. [...] trata-se aqui de afirmar a existência como um ato de qualificação epistêmica” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2020, p. 13).

Desse modo, ainda que um grupo de 14 jovens, presentes na periferia de uma grande cidade da região nordeste do Brasil, não configure relevância de amostragem quantitativa sob uma perspectiva macro, trata-se de um diagnóstico local e complexo, revelador da realidade de 14 jovens negros/as inseridos no centro de um estudo, os quais não teriam sido ouvidos se essa ferramenta não tivesse sido aplicada. Os resultados desse pequeno experimento sugerem a necessidade de desenvolvimento de pesquisas mais profundas e minuciosas sobre o tema da percepção racial e da autoimagem de jovens negros/as em relação às suas vidas, identidades e corporeidades.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, em acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, constituem uma das primeiras legislações a tratar de políticas para orientar e educar jovens e crianças no passado recente das décadas de 1990. Naquele contexto, o Ministério da Educação, a partir dos PCNs, apenas orientava a inclusão das temáticas raciais por adesão voluntária dos docentes e, por meio do que se chamava por temas transversais. Os PCNs se tornaram realidade por meio da lei nº 9.394/1996, em que foi possível orientar estudantes dos ciclos do Ensino Fundamental quanto aos temas de ética e pluralidade cultural, por exemplo.

Foi apenas dentro desse contexto que, possivelmente, alguns docentes com preparo e conscientização puderam trabalhar aspectos das múltiplas identidades étnicas em favor do respeito entre a diversidade dos povos que

contribuíram para a formação da população brasileira. Apenas em 2003 houve a alteração da lei nº 9.394/1996 para a lei nº 10.639/2003, ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, possibilitando alterações na formação do corpo docente, ampliando a discussão étnico-racial no interior das escolas, operando mudanças na política do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, de modo que as editoras e seus/suas autores/as passassem a produzir saberes voltados para a temática da pluralidade dos povos no Brasil, incluindo as ascendências africanas e afrodiaspóricas nos livros didáticos. A inclusão das temáticas dos povos indígenas só foi possível com a alteração das leis nº 9.394 e nº 10.639 para a lei nº 11.645/2008.

Tanto textos quanto imagens são captados por jovens do ensino fundamental e médio. Esses conteúdos ajudam na construção das suas identidades e percepção da autoimagem, possibilitando identificações positivas e afastamentos negativos. Se, antes dos anos 2003 e 2008, não havia previsão legal para a produção de representações visuais e conteúdos textuais positivos sobre a multiplicidade identitária, especificamente das populações negras, no Brasil, podemos inferir que muitas gerações foram criadas construindo uma imagem distorcida de si, sem referências ou embasamentos sólidos do seu passado ancestral e diretrizes quanto à sua condição plena de cidadania (PEREIRA; SANTOS, 2018); (PEREIRA; SOUZA, 2019); (CONCEIÇÃO; PEREIRA, 2022).

Lorna Roth, ao escrever a respeito das questões relacionadas à equidade cognitiva nos estudos culturais e na cultura visual, a partir da utilização de calibragem e esquematização de cor dos cartões Shirley, especificamente no artigo *The fade-out of Shirley, a Once-Ultimate Norm: Colour Balance, Image Technologies and Cognitive Equity* (2012), evidenciou os prejuízos que a indústria do entretenimento causou em jovens e na sociedade como um todo, haja vista que o desenvolvimento de produtos midiáticos utilitários para o corpo humano ou representados pela corporeidade humana se utilizaram da

cor denominada como branca enquanto um padrão normativo, ao passo que qualquer nuance fora do branco, foi forjada enquanto um aspecto fora da norma. Desse modo, as corporeidades negra e indígena foram tratadas a partir da opacização, silenciamento ou subalternização, ou seja, não representadas, pouco representadas ou representadas em contextos hierarquicamente negativos.

A pesquisadora canadense realizou inúmeros estudos de caso em um amplo projeto guarda-chuva, no qual ela percebeu o modo como a cor da pele foi imaginada, incorporada ou representada em produtos e tecnologias que tinham a pele como parte central de seu *design*. A partir dessa pesquisa, Roth desenhou algumas perguntas norteadoras, tais como: o que acontece quando a indústria reconhece que nem toda pele é clara ou “branca”? No entanto, muitos desses reconhecimentos – como no caso dos filmes Kodak entre as décadas de 1970 a 1990 – são tardios e a utilização em larga escala em períodos de longa duração de seus padrões normativos provocaram prejuízos incalculáveis na cultura visual midiática e, por conseguinte, na construção da autoimagem de quem teve acesso a essas ferramentas, produzindo consciências coletivas distorcidas em comunidades brancas (supervalorização) e negras (depreciação).

Por um lado, a população lida e reconhecida enquanto branca, percebia-se como norma de beleza e consumo, poder e opulência, enquanto, por outra via, a comunidade preta, parda, indígena e mestiça, percebia-se como exceção à norma, presentes no limiar entre a zoomorfia e a fealdade, a pobreza e a degeneração, haja vista que as fotografias dos corpos negros não retratavam a dignidade dos traços fenotípicos, as linhas de expressão faciais, a distinção dos detalhes da musculatura do corpo, em contraste com o ambiente, as vestimentas e a corporeidade:

Você conseguia ver o branco dos olhos das pessoas e o branco dos dentes, mas não via os detalhes, e isso se tornava especialmente problemático quando você tinha que tirar fotos de pessoas com pele mais escura e pessoas com pele mais clara na mesma imagem, porque aí havia questões de física e iluminação, mas o filme em si não tinha a capacidade de

capturar os contrastes na mesma imagem de forma eficaz (ROTH, 2019; 2016).

Os problemas provocados pela Kodak foram muitos, mas principalmente aqueles responsáveis pela autoidentificação distorcida em pessoas negras, haja vista que, se existe um padrão universal, e esse padrão de captação e revelação fotográfico ou de filmagem é balanceado para dar dignidade de representação à corporeidade branca, o não-branco será tomado enquanto oposição ou exceção a esse padrão, especialmente no que concerne às qualidades atribuídas a ele:

Às vezes eu sinto vergonha de mim por não gostar da minha cor, às vezes eu não me sinto negra sinceramente, então, às vezes... eu tenho bastante baixa autoestima por causa disso [sic] (Sujeito 2).

Eu sinto o olhar de pessoas brancas em cima da gente que é negro, sinto um olhar de repreensão, do tipo de dizer: "aí ele não pode tá ali porque ele é negro [sic] (Sujeito 1).

Teve uma vez que eu tava numa loja e o homem falou que não podia entrar com a bolsa. Tinha que ficar no balcão [sic] (Sujeito 16).

Eu acho que tudo, às vezes, para as pessoas negras é muito mais complicado. Os políticos sempre dão prioridade pros brancos. Acho que deveria ter uma lei, mas as leis nunca são cumpridas. Nas escolas, por exemplo, a pessoa sofre *bullying* por racismo e a direção não faz nada [sic] (Sujeito 13).

As pessoas ficam me olhando tipo estranho [sic] (Sujeito 2).

Minha cor é normal, tipo normal. Só que, às vezes, eu tenho baixa autoestima que não me deixa conversar com as pessoas e tals [sic] (Sujeito 2).

Eu conheço uma senhora que eu ajudo a filha dela com algumas coisas. A senhora é muito preconceituosa. Ela não deixa as filhas dela namorarem com negros porque considera bandido. É uma coisa que dói até em mim, imagina em que se interessa por ela [sic] (Sujeito 14).

Quando eu era pequena eu sofri racismo, não lembrava. Eu ficava triste pensando "ah sou negra!". Mas ultimamente eu

gosto da minha cor. Me acho bonita, gatinha. Acho minha autoestima normal [sic] (Sujeito 14).

Quando alguém entra no ônibus e a gente vê assim, e já pensa: aí vai assaltar. Isso é normal infelizmente, por conta dessa cultura que já vem trazendo, de julgar só por conta da cor e tudo é carregado até por nós mesmos, negros, a gente olha assim e até a gente julga, por conta da cultura que já vem trazendo [sic] (Sujeito 3).

Uma vez estava na casa da minha tia e uma menina pequena me chamou de macaco [sic] (Sujeito 4).

Uma vez eu estava com meus amigos em uma praça, e aí eles são brancos. E eu como sou o mais escurinho assim da turma, os policiais já chegaram assim armados atrás de mim. Mandaram eu botar a mão na cabeça, pensaram que eu tava vendendo drogas pra eles. Aí começaram a fazer perguntas se eu tinha droga, essas coisas, se a gente tava usando droga. Só que eu fui mais abatido do que eles por conta de estarem numa cor... parda e eu ser o mais escuro da turma... [sic] (Sujeito 5).

Olha, eu sou do meio do futebol, né, aí já presenciei e já aconteceu comigo várias... racismo... a pessoa chamar a gente de macaco, mas eu nunca me importei [sic] (Sujeito 6).

A partir dos recortes das falas dos/as entrevistados/as, é possível evidenciar a associação que esses/as jovens realizam da discriminação racial atrelada à cor da pele: raça e cor. Embora eles consigam, em algumas situações, mensurar o comportamento repulsivo de terceiros contra eles, a partir de outras variantes, tais como o comprimento do cabelo ou a vestimenta despojada, a cor aparece enquanto característica central do modo de autopercepção negativa. Há, portanto, nos discursos apresentados aqui, a relação da experiência subjetiva desses jovens com o saber escolar, a concepção de poder social a partir de uma ideação positiva vinculada ao consumo, o receio e o reconhecimento de um lugar social da apropriação indevida de um não-lugar imaginativo: o não pertencimento aos espaços públicos e privados.

A percepção zoomorfa do negro dada a partir da descrição das suas características fenotípicas são associações a um estágio pré-humano: ser considerado como um macaco. A animalização do negro faz parte de um

processo de desumanização historicamente construído e reificado por meio da cultura visual e dos discursos coletivos produzidos pela literatura, as artes tomadas como clássica, o renascentismo e toda a pseudociência do século XIX. O branco percebido enquanto universal e racional é colocado em oposição ao negro: um incidente emotivo e irracional. A afirmação dos estigmas e constrangimentos configuram sintomas de vergonha ou insatisfação com suas características físicas, “vergonha de si por não gostar da própria cor”, a ideação ou percepção do modo com que o outro (branco) lança o “olhar em cima da gente que é negro” ainda constituem significações atribuídas por Frantz Fanon (2008), como uma patologia na qual pessoas negras na África e na diáspora sofrem em um universo embranquecido.

Tenho algumas, mas eu não tenho certeza. Tipo, não sei se foi por causa da minha roupa ou cor de pele. Tava andando na rua e tinha uma mulher na minha frente a uma certa distância. Eu tava com um calção e uma camisa larga. E meu cabelo tava maior que esse... Aí ela começou a andar rápido e entrou numa loja, e eu passei assim e ela ficou olhando pra mim [sic] (Sujeito 16).

Mais quando eu vou pro Shopping que as pessoas ficam me olhando tipo estranho. E também, às vezes, mais pelo cabelo. Porque às vezes o cabelo dá uma revoltada. E as pessoas ficam olhando [sic] (Sujeito 2).

O controle corporal do negro introjetado em sua consciência é resultado de séculos da docilização colonial no mundo. A lógica da dominação do negro pela internalização dos valores brancos ocidentais, como aponta Lélia Gonzalez:

Eles querem que o cabelo da gente fique bem liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fofinha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta (GONZALEZ, 1984, p. 234).

Essa é uma lógica da exclusão da individualidade e das características negroides, associando-as negativamente e, tratando-as como contrárias ao

ideal universal em que se forjou a branquitude. Há uma diferença no tratamento da polícia quando se trata da abordagem para com negros, dentro da qual, desde o momento da abordagem, até o julgamento, as pessoas negras são estigmatizadas, tendo sua cor de pele frequentemente associada à criminalidade (ADORNO, 1996). Além disso, a brutalidade policial é estritamente relacionada ao genocídio da população negra (GOMES; LABORNE, 2018).

Verificou-se este impacto em relação ao tratamento de abordagens policiais com esses jovens. Alguns se sentem prejudicados, tratados com maior rigidez e violência, ou até mesmo julgados explicitamente por conta da cor da sua pele, que influencia o tratamento dos policiais para com eles, tornando as abordagens mais hostis com eles do que em relação aos indivíduos com a pele clara:

Uma vez eu vindo do treino, que “já era” umas oito horas, nove horas, aí a polícia me parou, e “os cara” me revistaram, abriram minha bolsa, minha chuteira... tipo como se tivesse procurando droga... só porque eu tinha a pele escura [sic] (Sujeito 07).

Na sociedade, de modo geral, os indivíduos negros são vistos pelos estereótipos construídos sobre eles, ou seja, a predisposição ao crime independente da idade, a bestialização e reatividade diante de situações comuns do cotidiano social, seja enquanto simples transeuntes, consumidores, trabalhadores ou sujeitos em práticas de lazer. Há sempre uma suspeição quando da observância de um corpo negro em algum espaço público ou privado: ele não pertence. A sensação do não pertencimento aos lugares públicos e privados nos remete aos movimentos de gentrificação, nos quais, a medida em que os ambientes urbanos se transformam em locais de luxo e opulência, a população pobre predominantemente negra – em suas casas simples – vão sendo deslocadas desses espaços e empurradas para à margem, distantes dos centros médicos que se constituem clínicas luxuosas, as redes de supermercado cada vez maiores e as universidades.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Para mais ver: Lagoas do Norte para quem? Disponível em: <https://lunetas.com.br/lagoas-do-norte-teresina/> Acesso em 22 jun. 2025 e Rocha (2021).

Eu sinto o olhar de pessoas brancas em cima da gente que é negro, sinto um olhar de repreensão, de tipo de dizer: “aí” ele não pode “tá” ali porque ele é negro; “aí” ela não pode tá ali porque ela é mulher, ela é negra. Uma repreensão da sociedade [sic] (Sujeito 11).

[...] tu entra num lugar e todo mundo já para e te olha assim, te julgando pela tua cor, sendo que às vezes, pode ser um advogado negro assim, e um cara de baixa renda branco, “o povo” vai ter mais respeito assim pelo cara que é branco, por ele ser branco, do que do cara que é negro. Tipo, vai julgar, se entra numa loja já é julgado de cima a baixo, não vai pagar, não vai comprar. É tipo isso. Isso é errado sim, é uma cultura ridícula [sic] (Sujeito 13).

Observa-se que esses/as jovens negros construíram uma ideia de segregação branca voltada contra eles. Uma sensação de julgamento punitivo e culpabilidade quando eles/as ocupam algum espaço que acreditam, por meio da internalização, não pertencerem a eles/as. Eles/as acabam por associar raça ao crime e raça à classe social. Esses/as jovens criaram suas próprias percepções acerca da discriminação racial a partir de suas vivências, compreendendo olhares e abordagens policiais enquanto atitudes de racismo, tendo suas vidas impactadas e significadas por essas atitudes.

## **REFERÊNCIAS POSITIVAS E A RESSIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA**

O ser humano é compreendido como um ser social e histórico, ou seja, está sujeito às regras, normas, padrões e condutas da sociedade e das práticas socioeconômicas, políticas e culturais. Essa questão exerce uma função de construção da identidade humana em diferentes contextos espaciais e históricos. As pessoas negras sofrem diversos impactos socioculturais em decorrência dos estigmas construídos ao longo do processo histórico, haja vista o contexto de exploração do escravagismo colonial responsável por criar representações a partir da ideologia da branquitude (SOUSA, 1983). Nesse ínterim, durante a adolescência, o racismo e as práticas de discriminação racial promovem impacto significativo na construção da identidade,

prejudicando diretamente a saúde mental dos jovens negros, e nas suas percepções de mundo e de si mesmos.

Em contrapartida a esse processo, temos os estudos voltados para a descolonização dessas mentes e corpos a corroborarem para a construção de narrativas protagonizadas pelos próprios negros, visando romper com a estrutura de valorização e dominação dos saberes europeus em detrimento aos africanos, afrodiáspóricos e indígenas, e da percepção desses povos apenas como escravizados (supervalorizando a exploração sofrida e negligenciando toda a diversidade cultural do negro). Enquanto a colonialidade surgiu no século XV, o conceito de decolonialidade é forjado no século XX, com base no questionamento de que a colonização não acabou, mas persevera, e impõe suas marcas na constituição da identidade dos povos explorados (MIGNOLO, 2017). A decolonialidade é, antes de tudo, uma luta e resistência aos padrões de poder existentes na sociedade, que imprimem um caráter de dominação sobre os saberes, evidenciando os conhecimentos eurocêntricos (OLIVERIA; LUCINI, 2021).

Vemos essas contribuições em estudos que abordam à história destes povos, valorizando sua diversidade, seu papel na sociedade, suas culturas e seus processos de luta e resistência, além de sua construção histórica (STREVA, 2015). Por meio destas reflexões, os/as negros/as erguem suas vozes, construindo espaços para relatar, a partir de suas verdades, suas vivências e culturas, inspirando os jovens na sociedade, mostrando que eles são mais do que produtos desse sistema, que possuem voz ativa na construção da sociedade e na deslegitimação do preconceito (PAIM, 2019). Com relação ao modo como os participantes enxergam as questões históricas na sociedade, podemos destacar, na visão de alguns:

Eu acho isso muito importante, no meu caso “pra mim”, porque eles lutaram, eles sofreram tudo aquilo “pra” eu ser o que eu sou hoje... uma mulher negra independente [sic] (Sujeito 01).

Eles sofreram muito, pra “poder a gente” conseguir o que tem hoje, só que a sociedade é meio parada em relação ao negro conseguir as coisas. Então acho que a gente vai continuar lutando muito pra conseguir nossos direitos e sermos tratados como iguais [sic] (Sujeito 12).

Eu vejo que graças a eles (negros) eu posso estudar, eu posso conseguir ter uma carreira boa, posso conseguir o que eu quiser, porque eles lutaram pra eu ter isso hoje em dia [sic] (Sujeito 02).

Sabe-se que o processo de construção da identidade envolve diversos fatores e contextos, os quais variam de pessoa para pessoa (MEEUS; LEDEMA; HELSEN; VOLLEBERGH, 1999). Observa-se, no entanto, que, de modo geral, os/as participantes não possuem um conhecimento histórico aprofundado sobre o passado afro-brasileiro ou sobre suas ancestralidades, mas reconhecem a importância de seus antepassados na constituição de quem são no presente, tanto a partir do histórico de lutas quanto das conquistas de direitos.

Esse processo é fundamental para a construção da identidade desses sujeitos, pois eles/as recorrem a exemplos que não estão atrelados ao lugar socialmente imposto à pessoa negra. Por meio dos estudos decoloniais, emergem novas perspectivas epistemológicas comprometidas com a realidade, abrangendo as diversas facetas que as culturas originárias têm a nos revelar. Muito além de serem apenas povos explorados, essas culturas são vastas, e compreendê-las facilita a construção de identidades que rompam com os estigmas historicamente atribuídos aos negros.

A socialização cultural, compreendida como o processo de ensinar às crianças sobre sua herança étnica, é fundamental para o fortalecimento do orgulho étnico e da construção de uma identidade racial positiva (PAPALIA, 2000). Jovens que vivenciam esse processo tendem a desenvolver uma percepção mais afirmativa de si mesmos/as, em comparação àqueles/as que não têm acesso a esse tipo de formação.

As falas dos/as participantes evidenciam que, embora reconheçam a importância dos antepassados – suas lutas, conquistas e legados – ainda enfrentam barreiras estruturais e simbólicas que dificultam a construção de uma identidade racial positiva. O reconhecimento da ancestralidade aparece

como componente essencial na afirmação identitária e no combate aos estigmas historicamente atribuídos à população negra.

A partir de referências como Frantz Fanon (2008), Neusa Santos Souza (1983) e Lélia Gonzalez (1979), compreendemos que a construção da identidade negra se dá em confronto com os padrões hegemônicos da branquitude, que impõem ao negro uma posição de inferiorização simbólica e material. Tais padrões incidem diretamente sobre a autoimagem e a autoestima dos/as negros/as, muitas vezes fazendo com que internalizem visões depreciativas sobre suas características físicas e culturais. Alguns dos/as entrevistados/as estão inseridos em comunidades predominantemente negras, e essa realidade gera um senso de pertencimento menos conflitivo em seus modos de pensar, como se pode verificar: “Conheço muita gente negra trabalhadora e minha maior convivência é com gente negra” [sic] (Sujeito 17); “Me sinto bem. A minha cor é a cor dos meus pais” [sic] (Sujeito 11); “Acho normal. No Brasil temos muitos negros. Em todos os lugares existem negros. A pessoa se sente mais acolhida” [sic] (Sujeito 4).

Todavia, residir ou estar inserido em espaços que possuam mais evidência de pessoas negras não é uma prerrogativa de melhor convivência ou mitigação dos impactos raciais, uma vez que os locais onde se registra maiores índices de pobreza e homicídios são regiões favelizadas com alta concentração de não-brancos. O racismo sistêmico também é responsável por gerar conflitos interraciais, a partir do desenvolvimento do complexo de cor ou colorismo, quando se percebe discriminação, em decorrência da introjeção do racismo, que vitimiza ou condiciona pessoas de pele mais escura em comparação às pessoas de pele mais clara. Ainda que ambas sejam discriminadas e postas à margem, há evidências que apontam maior mobilidade daqueles sujeitos mestiços e pardos que mais se aproximam do ideal de branquitude (BASTIDE, 1983), (PEREIRA; SANTOS, 2018), (MUNANGA, 2019; 2020), (ROTH, 2019), (BENTO, 2022), (KILOMBA, 2019).

A partir da consideração da introjeção do racismo, é possível assegurar que práticas de discriminação ocorrem de forma interracial, e isso não respalda

as ideias acerca do racismo reverso, haja vista que racismo e discriminação racial são conceitos totalmente diferentes, embora interdependentes:

não são apenas pessoas de diferentes culturas que discriminam umas às outras, ou discriminam as comunidades de pele mais escura, mas há também uma discriminação intra-racial, e o que acontece com isso, e é aqui que o dano ocorre, em resposta à sua pergunta, é que eles percebem que quanto mais clara for a pele que você tem, maior a probabilidade de ter sucesso nos negócios, de se sentir mais bonita e ser considerada mais bonita, de sentir, de experimentar mais privilégios e ter mais oportunidades (ROTH, 2019).<sup>22</sup>

Considerações acerca do colorismo têm sido tensionadas no Brasil e no mundo, especialmente quando uma parcela da população parda brasileira observa com ressalvas a utilização da categoria *negro* para designar politicamente pretos e pardos, em detrimento do reconhecimento ao conceito de mestiçagem e suas múltiplas especificidades. Todavia, não adentraremos essas questões neste momento, pois exigem aprofundamentos conceituais e estudos de caso voltados às constantes denúncias às aferições realizadas pelas bancas de heteroidentificação, destinadas à fiscalização das cotas raciais no ingresso às universidades e concursos públicos.

As falas dos/as jovens participantes revelam tensões entre a resistência e a vulnerabilidade. De um lado, há o orgulho racial e a valorização da cultura negra, especialmente por meio de referências no campo artístico e musical. De outro, persistem os impactos do racismo, que se expressam em formas de discriminação direta, como abordagens policiais, e em violências simbólicas, como apelidos pejorativos e exclusões cotidianas. Em alguns casos, essas experiências geram baixa autoestima, insegurança e dificuldades de socialização.

A adolescência, como destacam Papalia (2000) e Bock (2004), é um período crucial para a formação da identidade pessoal. Nesse processo, o pertencimento a um grupo étnico-racial pode funcionar tanto como um fator de fortalecimento quanto como um marcador de exclusão, a depender das

---

<sup>22</sup> Tradução da entrevista concedida pela pesquisadora Lorna Roth à CIBER Focus: Conversa sobre equilíbrio de cores no desenvolvimento de produtos e mídia. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=NKoy2dtur\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=NKoy2dtur_U) Acesso em 12 mai. 2023.

experiências vividas. Somente através da reflexão crítica podemos nos dar conta das manifestações do racismo na sociedade, como cita o *Sujeito 5*: “Eu sigo algumas pessoas que falam sobre racismo ‘e tal’... o ‘Djonga’, o ‘Lenno’, são rappers e falam bastante disso, [...] tão sempre informando, e ligam bastante pra essa questão racial” [sic].

[...] no caso minha mãe, sempre conversa comigo essa questão de eu ser negra, eu ser preta... não gosto que me chamem de morena, porque morena pra mim é mulher branca do cabelo preto... eu sou preta, e quando eu falo isso as pessoas se espantam “eu” dizer, a maioria das pessoas tem receio de chamar alguém negro ou preto de preto, por achar que a pessoa vai se sentir ofendido, eu me sinto ofendido quando a pessoa me chama de morena [sic] (Sujeito 1).

“Cara” eu acho, eu tenho orgulho de ser negro, hoje em dia eu tenho orgulho... tem muita coisa que acontece que é ruim, mas tem outras que é até “da hora”... tipo a gente tem maior resistência, os negros, considerado isso... a gente “guenta” mais calor, muito mais que os outros, e... eu curto bastante ‘rap’, *trap*, e a maioria desses “rap e trap” são negros... e... isso é legal, que você tem uma pessoa que influencia, leva algo pra tua vida [sic] (Sujeito 5).

Sou maravilhosa, nunca tive problema com a minha cor [...] assim e eu vou viver com ela não importa o que os outros pensam [sic] (Sujeito 17).

As evidências apontam que quando inseridos em contextos nos quais há maior representatividade negra, os/as jovens tendem a desenvolver uma relação mais afirmativa com sua identidade. Contudo, isso não elimina os efeitos do racismo sistêmico, institucional e interpessoal, que seguem operando de forma ampla e persistente.

O racismo cordial e estrutural no Brasil, como apontado por Florestan Fernandes (1972) interfere na vida dos/as jovens negros/as mesmo em comunidades onde predominam sujeitos da mesma cor. A convivência em ambientes racialmente homogêneos pode atenuar conflitos, mas não suprime as desigualdades históricas que atingem de forma desproporcional a população negra, especialmente no que diz respeito ao acesso a direitos, segurança e bem-estar social.

Por fim, destaca-se a importância de promover espaços educativos e sociais que possibilitem a construção de uma identidade negra positiva, crítica

e autêntica. Esses espaços devem oferecer instrumentos para que os jovens compreendam o racismo como uma estrutura social, e não como falha individual, contribuindo, assim, para o fortalecimento da autoestima e da resistência simbólica e política da juventude negra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As falas dos/as participantes revelam como a autopercepção desses/as adolescentes foi profundamente marcada por experiências de invalidação, exclusão e preconceito, afetando negativamente, em alguns casos, a construção de suas autoimagens. Percebe-se que os/as entrevistados/as demonstram consciência acerca da forma como a cor da pele influencia a recepção social, sendo fator determinante no tipo de tratamento recebido, inclusive por instituições como a escola e a polícia.

Destacou-se, ainda, a presença de uma consciência crítica entre esses/as jovens no que diz respeito às desigualdades raciais e às suas raízes históricas, evidenciando um olhar atento às vivências da população negra na sociedade. Expressões linguísticas, gestos corporais e tons de voz utilizados durante as entrevistas apontam tanto para os efeitos do discurso racista, como o olhar cabisbaixo ou os movimentos corporais tensos ao narrar situações discriminatórias, quanto para a presença de um movimento ativo de ressignificação identitária. A linguagem, nesse contexto, revela-se como instrumento de resistência, pertencimento e afirmação, perceptível por meio de sorrisos, referências a figuras histórico-culturais negras e pela escolha de vestimentas e acessórios a demarcarem pertença à identidade racial.

Representações e noticiários acerca do encarceramento em massa e do extermínio da população negra, somado à discriminação histórica e à estigmatização da identidade e da cultura negra no Brasil, produz impactos profundos e contínuos. Desde a infância, crianças negras são socializadas a se portar diante da sociedade – especialmente diante da polícia – como forma de autoproteção. Apesar disso, algumas falas revelam relações relativamente

saudáveis dos/as jovens consigo mesmos/as e com os outros, o que pode estar relacionado ao contexto social no qual estão inseridos/as. Ambientes marcados pela convivência interracial parecem favorecer o desenvolvimento de uma autoimagem mais afirmativa.

Não obstante, observou-se, nas falas de determinados sujeitos, o impacto explícito do racismo em suas autoimagens e autoestima, com prejuízos que extrapolam o plano social, afetando o modo como se relacionam consigo mesmos e com o ambiente público e privado. O conhecimento e a pertença étnico-racial se dão através do reconhecimento da história, da cultura e das lutas da população negra. Isso demonstra que há caminhos possíveis para o fortalecimento subjetivo de jovens negros/as em situações de vulnerabilidade. Os indivíduos que demonstram maior familiaridade com sua identidade racial tendem a identificar com mais objetividade as situações de racismo e apresentam uma relação mais positiva consigo próprios.

De maneira geral, os/as entrevistados/as reconhecem que o racismo continua operando em múltiplas dimensões da sociedade brasileira, perpetuando desigualdades e limitando o acesso da população negra a direitos fundamentais. Ainda assim, apesar da violência simbólica e material vivida desde a infância, alguns jovens conseguem construir uma autoimagem positiva. Tal movimento pode estar relacionado ao ambiente social no qual cresceram, à presença de vínculos raciais fortalecedores e ao acesso, ainda que limitado, a informações e referências positivas sobre a trajetória e resistência da população negra nas mídias sociais.

Conclui-se, portanto, que é possível a construção de identidades negras afirmativas, mesmo diante das adversidades impostas pelo racismo. Para tanto, é imprescindível o investimento em políticas públicas voltadas à valorização da cultura negra e à promoção efetiva da equidade racial, com destaque para o papel central da educação. As limitações deste estudo referem-se ao número reduzido de participantes, o que não compromete sua relevância, mas aponta para a necessidade de pesquisas com recortes ampliados, especialmente interseccionalizados, a partir do gênero, a raça e a

classe. De modo a possibilitar uma análise mais abrangente e interseccional das experiências vividas pela população negra brasileira.

### Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, pp. 283-300, 1996.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROFOGUEL. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: \_\_\_\_\_. (orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. **Psicologia para América Latina**. [online]. 2004, n. 1. ISSN 1870-350X.

CHAVES, Sâmia Vanessa Vieira; SANTOS, Francilio de Amorim dos; SANTOS, Laudenides Pontes dos; VIEIRA, Valdira de Caldas Brito; DANTAS, Felipe Ramos. Vulnerabilidade social da cidade de Teresina, Piauí. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 8, nº 2 (jul-dez), p. 13-27, 2022.

CLARK, Kenneth. B.; CLARK, Mani Phips. Racial identification and preference in Negro children. In: T. M. Newcomb & E. L. Hartley (eds.), **Readings in social psychology**. New York, NY: Holt, Rinehart & Winston, 1947.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira; PEREIRA, Túlio Henrique. Visualidades e racializações: o PNLD e as imagens nos livros de História do Ensino Médio (2008-2018). In: SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O que se ensina e o que se aprende em História – A historiografia didática em debate**. vol. 2. Ananindeua: Cabana, 2022.

COHEN, William B. Français et Africains. **Les Noirs dans le regard des Blancs, 1530-1880**, Paris, Gallimard, "Bibliothèque des histoires", 1981.

DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DOLTO, Françoise. **A imagem inconsciente do corpo**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DUROZOI, Gerárd; ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher (**mimeo, Annual Meeting of the Latin American Studies Association**, Pittsburgh, 5-7 de abril, 1979).

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da crueldade: Racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, v. 34, 2018. DOI: 10.1590/0102-4698197406

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HUGHES, D.; BAUCHMAN, M.; RUBLE, D. N. Tuned in or tuned out: Children's interpretation of parents' racial socialization messages, in C. Tamis-Lemonda, & L. Balter (Eds.), **Child psychology: A handbook of contemporary issues** New York University Press, 2006, p. 591-610. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2006-01388-025> Acesso em 9 jun. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOPES, I. **No Piauí, 79% da população é considerada negra**. Portal O Dia. Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/piaui/no-piaui,-79-da-populacao-e-considerada-negra-388859.html>. Acessado em: 26 out. 2022.

MALCOLMSON, Cristina. **Studies of Skin Color in the Early Royal Society**: Boyle, Cavendish, Swift. Farnham: Ashgate, 2013.

MEEUS, W.; LEDEMA, J.; HELSEN, M.; VOLLEBERGH, W. Patterns of adolescent identity development: review of literature and longitudinal analysis. **Developmental Review**, nº 19, 1999. p. 461-480. DOI: 10.1006/drev.1999.0483.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil** – identidade nacional *versus* identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

\_\_\_\_\_. **Negritude** – usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

OLIVEIRA, E. S.; LUCINI, M. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>>. Acessado em: 13 mar. 2021.

PAIM, Elison Antonio. **Epistemologia Decolonial**: Uma ferramenta política para ensinar histórias outras. Minas Gerais: HH Magazine, 2019. Disponível em: <<https://hhmagazine.com.br/epistemologia-decolonial-uma-ferramenta-politica-para-ensinar-historias-outras/>>. Acessado em: 13 mar. 2021.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PEREIRA, Túlio Henrique. **Que coisa é essa, Yoóyo?**: cor e raça na imprensa ilustrada da Bahia (1897-1904). 2016. 370 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2016.40>. Acessado em: 13 mar. 2021.

PEREIRA, Túlio Henrique; SANTOS, Vanessa Nunes dos. O que pode nos falar uma imagem? Uma representação racial no livro didático de história. **Vozes, Pretérito & Devir** – Dossiê temático: História e Ensino, v. VIII, n. 1, p. 89-106, jan.-jun. 2018.

PEREIRA, Túlio Henrique; SOUZA, Ramon Queiroz. Memórias da (des)territorialização indígena: A colonização como centro irradiador das vilas. **Cadernos do Lepaarq**, v. XVI, n. 31., p. 79-93, jan.-jun. 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Des/colonialidad y bien vivir**: un nuevo debate en America Latina. Lima: Editorial Universitaria, 2014.

ROCHA, Márcio Giorgi Carcará. **Direito à cidade em Teresina: lagoas do norte para quem?** 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021.

ROTH, Lorna. Questão de pele: Os cartões Shirley e os padrões raciais que regem a indústria visual. *Zum: Revista de fotografia*, São Paulo, 10, abr. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3hUTHwb>. Acesso em: 27 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. The Fade-Out of Shirley, a Once-Ultimate Norm: Colour Balance, Image Technologies, and Cognitive Equity, in Ron Hall (ed.). **The Melanin Millennium: Skin Color as the 21st Century International Discourse**. Springer Publications. Peer-Reviewed, 2012.

\_\_\_\_\_. "Flesh in Wax: Demystifying the Skin Colors of the Common Crayon," in Jonathan Finn (ed.). **Images in Action: Readings in Visual Communication and Culture**. Oxford University Press, 2011. Chapter 6, pp. 73 -85. Peer reviewed.

\_\_\_\_\_. **"Face Value, Skin Colour and Intelligent Technologies,"** Gerard Reteiglezing. 25th Jubilee Lecture (Published), National Multicultural Television Network, Amsterdam, 17 February, 2010.

\_\_\_\_\_. "Looking at Shirley, the Ultimate Norm: Colour Balance, Image Technologies, and Cognitive Equity," in **Canadian Journal of Communication**. Vol 34, No. 1, 2009: 111 – 136.

\_\_\_\_\_. "Home on the Range: Kids, Visual Culture, and Cognitive Equity," in **Cultural Studies /Critical Methodologies**, Special Issue on Race and Kids Culture, 2009.

\_\_\_\_\_. **CIBER Focus:** Discussion on color balance in product development and media with Lorna Roth. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=NKoy2dtur\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=NKoy2dtur_U) >. Acesso em 10 nov. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do "ser negro":** um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascenso social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STREVA, Juliana Moreira. Teoria Descolonial de Frantz Fanon: anti-racismo, novo humanismo e luta. In: Conversações: Política, Teoria e Direito - **Revista Discente da Pós-Graduação** - PUC-Rio. *Cadernos do Seminário da Pós*, 2015. ISSN 21769826. pp. 120-150. Versão Revisada

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com/juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.